



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
13 a 15/08/2022

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Espaço e tempo: Terraço do Relógio completa 20 anos em clima animado
3. Fábio Dantas defende aprovação de projetos no início do ano
4. Candidatos divergem sobre proposta de privatização
5. Presidente da Caern critica a proposta de privatização
6. Lei Geral das microempresas deve ser regulamentada até setembro
7. Lei Geral das microempresas deve ser regulamentada até setembro
8. RN Em Foco: proposições para o futuro da economia potiguar
9. RN Em Foco: proposições para o futuro da economia potiguar
10. Desemprego no RN se mantém abaixo dos níveis pré-pandemia
11. Arrecadação do RN cresce 7% em julho e soma R\$ 674,3 mi
12. Ação ligada a economia local se destaca
13. Lucro da Eletrobras cai 45% no 2 tri, para R\$1,4 bilhão
14. Lucro da Eletrobras cai 45%, para R\$1,4 bilhão
15. Capas dos Jornais
16. GRÁFICOS

RELATÓRIO

O Espaço Cultural Terraço do Relógio, no **Sesc** Cidade Alta, completou 20 anos em 2022. O projeto atrai um público animado em toda primeira sexta-feira do mês para apreciar atrações musicais potiguaras de variados estilos, um encontro aberto a todos, de acesso gratuito. Além disso, quando surgiu, já pretendia ser mais que um happy hour comum, afirma Daniel Aguiar, coordenador cultural do **Sesc**.

O ex-deputado Fábio Dantas (Solidariedade) foi o segundo candidato a governador do Estado a receber sugestões da **Fecomércio** para alavancar a economia do Rio Grande do Norte nos próximos quatro anos, tendo respondido a pelo menos quatro perguntas de pelo menos 50 empreendedores que o receberam.

Com apresentação da proposta de privatização da Caern pela **Fecomércio**, a discussão sobre o destino da companhia foi incentivada e motivou a dúvida sobre qual os posicionamentos dos candidatos ao Governo sobre a sugestão da entidade que representa os empresários dos setores do comércio e turismo do Estado.

O presidente da Caern, Roberto Linhares, avalia que a defesa da desestatização da empresa. Ao criticar a proposta de privatização, Roberto Linhares cita “diferenças básicas” em relação às privatizações nos setores de água e energético”. Roberto Linhares disse que o documento da **Fecomércio** não leva em conta alguns aspectos, nas três justificativas que faz para a privatização da Companhia.

Quase dois anos depois de sancionada, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte ainda carece de regulamentação em alguns pontos para funcionar em sua plenitude. Essa foi uma das cobranças feita à governadora Fátima Bezerra pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (**Fecomércio/RN**), em evento realizado na última segunda-feira (08/08). De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), até o dia 30 de setembro essas pendências serão sanadas.

A **Fecomércio** Rio Grande do Norte deu início, na última semana, a uma série de encontros com candidatos ao Governo do Estado. Nas ocasiões, realizamos a entrega do documento “RN em Foco”, um compilado com sugestões para o futuro da economia potiguar, que reúne pontos prioritários para os segmentos do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Para se ter uma ideia da força desses segmentos, são mais de 200 mil empreendimentos no estado, que geram ocupação e renda para 440 mil pessoas, sendo 326 mil com carteira assinada. Estes negócios pagam R\$ 774 milhões em salários e respondem por 79% do nosso PIB e por 77% do ICMS recolhido aos cofres públicos.

A taxa de desocupação do Rio Grande do Norte para os meses de abril a junho de 2022 ficou em 12%, abaixo dos níveis observados no pré-pandemia. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada na sexta-feira (12/08) pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Com o resultado, o RN apresentou melhoria nos índices, mas tem 6ª maior taxa de desocupação do País.

A arrecadação do Rio Grande do Norte encerrou o sétimo mês do ano com um montante de R\$ 674,38 milhões recolhidos. Com esse tributo, o Estado recolheu R\$ 626 milhões em julho contra R\$ 567 milhões recolhidos em igual mês de 2021. Isso representou R\$ 59 milhões a mais.

A indicação de que o ciclo de alta da Selic promovido pelo Banco Central (BC) deve ter chegado ao fim reforçou, nas últimas semanas, o movimento de recuperação das ações ligadas à

economia local e mais sensíveis à oscilação dos juros no Ibovespa. Segundo a estrategista, há incertezas externas e internas com força para diminuir o ímpeto comprador registrado recentemente.

A Petrobras registrou lucro líquido de R\$10,072 bilhões no segundo trimestre deste ano. Com isso, no primeiro semestre deste ano, a estatal obteve lucro líquido de R\$ 17,033 bilhões, alta de 257% ante os R\$ 4,765 bilhões de janeiro a junho de 2017. A receita de vendas somou R\$ 158,8 bilhões no primeiro semestre deste ano, 17% maior que os R\$ 135,3 bilhões no primeiro semestre do ano passado. Já os investimentos caíram 8% no semestre, para R\$21,2 bilhões. Para esse ano, a meta é que os investimentos somem US\$ 15 bilhões, patamar menor que os US\$ 17 bilhões anunciados pela estatal no início deste ano.

Espaço e tempo: Terraço do Relógio completa 20 anos em clima animado

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/espaa-o-e-tempo-terraa-o-do-rela-gio-completa-20-anos-em-clima-animado/544978
Data da publicação	12/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Positivo

Espaço e tempo: Terraço do Relógio completa 20 anos em clima animado

Publicado: 00:00:00 - 12/08/2022

Atualizado: 23:20:24 - 11/08/2022

Tádzio França

Repórter

Um ambiente histórico que se consolidou como cenário de um dos projetos de cultura e lazer mais longevos de Natal. O Espaço Cultural Terraço do Relógio, no Sesc Cidade Alta, completou 20 anos em 2022. Realizado na centenária balaustrada francesa de ferro fundido, com colunetas e relógio em destaque, o projeto atrai um público animado em toda primeira sexta-feira do mês para apreciar atrações musicais potiguaras de variados estilos. Um encontro aberto a todos, de acesso gratuito, que estimula o "sextou" pioneiro no Centro Histórico há duas décadas.

Adriano Abreu



O Espaço Cultural Terraço do Relógio, no Sesc Cidade Alta, completou 20 anos em 2022, reunindo um público animado, sempre na área da balaustrada francesa de ferro fundido, com colunetas e o relógio em destaque

O projeto, quando surgiu, já pretendia ser mais que um happy hour comum, afirma Daniel Aguiar, coordenador cultural do Sesc. “A gente queria uma forma de exaltar a importância desse espaço histórico, que agora já tem 111 anos, e ao mesmo tempo fomentar a cultura local de um jeito atrativo, acessível”, diz. Ele conta que o terreno foi doado ao Sesc em 1953, e desde então a instituição se tornou a “guardiã” da balaustrada – assim como o relógio é o grande farol do Centro Histórico natalense.

Após o pôr do sol, com a noite já alta, o terraço é rapidamente ocupado por seu público. São na maioria trabalhadores das redondezas em busca de diversão pós expediente, mas também casais, famílias, grupos de amigos, e pessoas em geral interessadas na atração musical da ocasião. Gente de todas as idades e segmentos, mas na maioria madura, acima dos 30 anos. A varanda histórica é o espaço mais disputado, mas o salão interno do local também é ocupado.

Sons do Terraço

O palco dos shows está na terraço, e é outro ponto essencial do projeto: a música. “O projeto se tornou ao longo do tempo um espaço seguro para o artista do estado mostrar seu trabalho, o que faz parte de nossa proposta de fomento cultural”, afirma Daniel. E o espaço é bastante democrático. Segundo ele, já veio do brega ao samba, passando pelo pop/rock no terraço.

Adriano Abreu



Daniel Aguiar é o coordenador cultural do Sesc no Estado

Entre os nomes que já soltaram a voz no local estão Carlos Alexandre Jr., Khrystal, Ivando Monte, Carlos Zens, Socorro Lima, Pedro Mendes, e Ribeira Boêmia. O coordenador lembra de momentos como a apresentação da cantora lírica Alzenir em dueto com Sérgio Farias, tocando MPB e jazz. Ou de Khrystal mostrando seu lado forrozeiro. “Aliás, o forró faz bastante sucesso por aqui, muitos dos shows são desse gênero”, ressalta.

O funcionário público Everton Alves frequenta o Terraço do Relógio há dois anos, e conta que foi atraído pelo clima boêmio do projeto e a qualidade das atrações musicais. “O ambiente, sem dúvida, é o grande diferencial. O charme antigo do terraço, a mistura de pessoas que estão saindo do trabalho pra curtir, a música boa. É o conjunto da obra que deixa tudo legal”, afirma, ressaltando que a Cidade Alta precisa de mais investimentos culturais como esse.

A entrada na noite do Terraço é gratuita, mas cada pessoa recebe uma pulseirinha para que haja um controle do fluxo. Quem já for credenciado ao Sesc, tem descontos no serviço de bar, que inclui bebidas variadas e petiscos. Segundo Daniel, o prato mais pedido é a paçoca com feijão verde, acompanhada de uma cervejinha gelada – o sabor literal do projeto.

Marcelo Queiroz, presidente do Sistema Fecomércio, ressalta que o Terraço do Relógio se tornou uma referência não só de lazer no centro, mas também junto à classe artística da cidade. “Com este projeto nós fomos além, pois abraçamos a preservação do patrimônio material, através do relógio e balaustrada do início do século XX, que ornamentam e servem de cenário. Por meio dos projetos e dos editais de incentivo à economia criativa, o Sistema Fecomércio tem sido um elo de transformação entre a sociedade e a cultura, sobretudo no Rio Grande do Norte”, declarou.

Fábio Dantas defende aprovação de projetos no início do ano

Link	https://blogdovt.com/fabio-dantas-defende-aprovacao-de-projetos-no-inicio-do-ano/
Data da publicação	12/08/2022
Veículo	Blog do VT
Classificação	Positivo

Fábio Dantas defende aprovação de projetos no início do ano

12 de agosto de 2022 Por admin



O ex-deputado Fábio Dantas (Solidariedade) foi o segundo candidato a governador do Estado a receber sugestões da Fecomércio para alavancar a economia do Rio Grande do Norte nos próximos quatro anos, tendo respondido a pelo menos quatro perguntas de pelo menos 50 empreendedores que o receberam para almoço ao meio-dia de ontem, no restaurante do Hotel Barreira Roxa, na Via Costeira.

Uma das preocupações dos empreendedores é com o tamanho do Estado, pois atualmente a folha de pagamento dos servidores consome quase a integralidade de sua receita corrente líquida.

"Essa é a melhor parte, a que mais me identifico dentro da discussão, como torná-lo um elefante que não seja tão pesado", disse Fábio Dantas, que continuou: "Os contribuintes pagam essa conta pesada, que não se deixa de ser inaceitável. Já arrecadamos muito, mas gastamos muito mais e as matrizes de despesas, começam pela folha de pessoal, somos o Estado que mais gasta com pessoal, comprometemos 68,2% de nossa arrecadação tributária, imagine que é isso, mais da metade vai pra isso aí".

Fábio Dantas garantiu à plateia na Fecomércio, que se eleito governador, já em janeiro de 2023 deverá convocar extraordinariamente a Assembleia Legislativa para votar um pacote de medidas, que vão desde a redução do tamanho do Estado à liberdade econômica com a desburocratização de uma legislação que emperra o empreendedorismo.

Dantas lembra que quando assumiu o governo por cinco dias em outubro de 2017, em virtude de viagem do então governador Robinson Faria ao exterior, também havia encaminhado um pacote de medidas ao parlamento estadual: "A primeira delas, uma das mais fortes que dizia, que o teto do servidor seria o salário do governador, que hoje é R\$ 21 mil".

"Mas eu eu não iria reduzir salário de ninguém, quase que botam fogo na Assembleia, eu tive de sair correndo no carro do deputado George Soares, hoje adversário do nosso vice Ivan Júnior", disse o candidato do Solidariedade, lembrando que, na época, a proposta de limitação do teto dos gastos públicos que depois a governadora Fátima Bezerra (PT) mandou três anos depois, ela estava lá liderando esse debate".

Segundo Dantas, outra medida sugerida por ele em 2017 foi a reforma da previdência, "menos gravosa do que ela fez, meteu uma reforma que taxou inativos, nunca fui contra reforma da previdência, tanto que mandei, mas nunca disse que era contra pra ir tocar fogo na Assembleia, acho que a democracia deve ser feita para que a gente possa expor isso aí". Para Dantas, "não existe forma diferente de diminuir o tamanho do estado, que não seja unir todos os setores da economia, empresários, servidores, poderes, no pacto pelo Rio Grande do Norte".

Dantas disse que isso "não é uma coisa simples de ser feita", mas prometeu que fará isso logo no primeiro mês de governo, "não vai ser nos três, quatro ou cinco pra frente não, no governo que eu e Ivan vamos estar juntos, todo o pacote de medidas estará pronto no primeiro mês de governo e com a Assembleia antiga ainda".

Fábio Dantas comparou a folha de pessoal de 108 mil servidores públicos do Rio Grande do Norte com a Paraíba, que tem 118 mil servidores, "mas consome R\$ 2 bilhões a menos que a gente".

"A força motriz são as reformas que precisam ser feitas, nenhuma delas é ruim para ninguém, porque todas elas preveem que ao longo do tempo vai ter adequação com o crescimento da receita, e aí a vida do servidor também vai melhorar", acrescentou ele. Na avaliação de Dantas, isso é importante, porque garante a vida dos servidores no futuro: "Cada vez que vejo um concurso no Rio Grande do Norte, que não seja de segurança pública, como é nós, contribuintes, aceitamos uma coisa que é tão difícil, não garantir o salário daquela pessoa no futuro".

Finalmente, Dantas disse que "cada servidor que entra é um problema na frente, precisamos criar alternativas para não precisar tanto de servidores, que sejam indutores da economia, que o professor esteja em sala de aula e não esteja no gabinete de alguém, o servidor da segurança, não vá para o gabinete do governador".

Link		Página 3
Data da publicação		14/08/2022
Veículo		Tribuna do Norte
Classificação		Positivo

Candidatos divergem sobre proposta de privatização

« **CAERN** » Styvenson concorda em privatizar, Fátima defende manter pública com parcerias e Fábio quer, no 1º momento, a abertura de capital



Destino da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte provoca divergências entre os candidatos ao governo

Com apresentação da proposta de privatização da Caern pela **Fecomércio**, a discussão sobre o destino da companhia foi incentivada e motivou a dúvida sobre qual os posicionamentos dos candidatos ao Governo sobre a sugestão da entidade que representa os empresários dos setores do comércio e turismo do Estado. A TRIBUNA DO NORTE procurou os candidatos para saber a opinião deles.

Styvenson Valentim (Podemos)

defendeu a privatização. A governadora Fátima Bezerra (PT) disse que é fundamental manter a companhia pública e avançar nas parcerias com o setor privado. Fábio Dantas (Solidariedade) afirmou que em um 1º momento deve haver uma abertura de capital da empresa para só depois a privatização ser discutida.

No documento com a recomendação, a **Fecomércio** argumentou que a Caern "chega a perder até 65% da água tratada que distribui, operando com

uma rede de tubos depreciada e precisando ser mais efetiva na fiscalização das ligações clandestinas". Apontou também que no contexto da gestão da companhia é necessário mais agilidade nas ações. "Episódios recentes, ocorridos no início de julho, que envolveram o transbordamento de lagoas de estabilização e resultaram em prejuízos para a população, como o caso da lagoa da Rota do Sol, em Natal, demandando quase cinco

dias para ser resolvido", afirmou a Federação do Comércio do documento.

"Vale ressaltar que, com os recursos eventualmente captados no processo de privatização, o Governo poderá sanar alguns dos graves problemas financeiros", defendeu.

A TRIBUNA DO NORTE ouviu quatro dos candidatos que aparecem nas pesquisas de intenção de votos ou concorrem por partidos com representação no Congresso Nacional.

Candidatos

A repercussão com candidatos a governador, após a **Fecomercio** defender a privatização:



Fátima Bezerra (PT)

"Investimos R\$ 300 milhões em esgotamento e água, alcançando 96,33% de cobertura, reduzindo desperdício (hoje em 51% na distribuição e 40% no faturamento) e tempo de resposta nas emergências. Este ano, mesmo com todos os custos em alta, a Caern reajustou a tarifa em 4,42% em Natal e 0% no interior, onde 120 municípios são deficitários. É fundamental manter a gestão pública na solidariedade entre as cidades e avançar nas parcerias com o setor privado para universalizar os serviços."



Fábio Dantas (Solidariedade)

"A população quer serviços melhores e dentro do nosso plano de governo, vamos dialogar com a sociedade para poder construir um dos melhores mecanismos para atingir o marco regulatório do saneamento. E passa por uma abertura de capital da empresa, assim como a governadora Fátima Bezerra (PT) propôs no início do governo e não levou pra frente. Privatização fica para um segundo plano e uma discussão mais amadurecida. Primeiro, cumprir o marco do saneamento, resgatar os investimentos e daí abrir o capital, captar recursos da iniciativa privada, pra que gente possa inserir dentro da Caern, continuar como o Estado sendo o maior acionista."



Styvenson Valentim (Podemos)

"A Caern deve ser privatizada, segundo um modelo que assegure à população o melhor retorno financeiro possível, melhor prestação de serviço aos consumidores, tudo baseado na segurança jurídica e respeito aos princípios constitucionais. Consoante o entendimento majoritário do Poder Judiciário, os serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais) são de interesse local e, portanto, de competência dos Municípios por determinação constitucional. O desperdício é imenso, a empresa chega a perder até 65% da água tratada que distribui, operando com uma rede depreciada, segundo a **Fecomercio**."



Clorisa Linhares (PMB)

"Não sou contra a privatização, mas acredito que todos os segmentos devem ser analisados. Com relação aos combustíveis e energia, defendo uma certa cautela. Sobre a carne, é preciso considerar os pontos positivos e negativos para o Estado e, assim, tomar uma decisão. Israel e o Catar são exemplos de países que saíram da miséria em um curto período de tempo, porque souberam aproveitar o que tinham de melhor, ao usar o fundo soberano para investimentos. Acredito que a carne pode ser utilizada como fundo aqui no Estado. No entanto, no momento, é necessário realizar um levantamento sobre as vantagens dessa ação."

Link		Página 4
Data da publicação		14/08/2022
Veículo		Tribuna do Norte
Classificação		Negativo



Presidente da Caern, Roberto Linhares afirma que serviço de água é essencial

Presidente da Caern critica a proposta de privatização

« GESTÃO » Roberto Linhares avalia que a defesa da desestatização da Companhia tem motivações por interesses meramente econômicos

O presidente da Caern, Roberto Linhares, avalia que a defesa da desestatização da empresa "é mais por um interesse econômico deles (setor privado) de entrarem na privatização do que mesmo de benefício para o Estado". Ao criticar a proposta de privatização, Roberto Linhares cita "diferenças básicas" em relação às privatizações nos setores de água e energético.

"A água é um bem essencial. Se alguém deixar de tomar água por um determinado período, simplesmente morre. Sem ter água por um dia em uma residência é um caos, banheiro sujo numa casa, no comércio ou indústria, em



NÚMEROS

2.500
quilômetros de rede de água e esgoto instalados da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern).

meio teria ido embora aquele R\$ 1 bilhão, porque ninguém quer levar o que é deficitário", apontou.

Roberto Linhares disse que o documento da Fecomércio não leva em conta alguns aspectos, nas três justificativas que faz para a privatização da Companhia.

"A primeira é tenha uma perda d'água de 65%. Primeiro, isso é inverídico, isso não se baseia em fatos. Se alguém entrar no Sistema Nacional de Informações de Saneamento no Ministério do Desenvolvimento Regional, vai ver que a perda da distribuição é de 51%, foi de 60% há seis anos, e o faturamento de 40%".

qualquer local... A água é essencial à vida, à dignidade da pessoa humana e à saúde das pessoas, das comunidades e das famílias. Por isso, a intervenção em água é muito mais complexa", acrescenta.

Já a intervenção em energia não tem um impacto tão grande, porque "se põe um poste, põe um transformador, os equipamentos, fios todos correm por cima. Não se tem que aprofundar nada embaixo, você não tem que quebrar via, você não tem que recompor via", afirma.

Para ele, "fechar uma torneira de água não é como suprir falta de energia, em que a fonte é diversificada; a pessoa pode usar uma bateria, energia eólica, solar e outras alternativas".

200
quilômetros precisam ser substituídos, segundo o presidente da Caern.



A água é essencial à vida, à dignidade da pessoa humana e à saúde das

E também tem, acrescentou ele, "esse trabalho que a gente está fazendo de fiscalização, com contratação agora de georadars, e contratos de performance pra reduzir perdas no faturamento".

Outra justificativa "é que a Companhia demora muito a intervir a resolver as coisas", mas ele cita o caso recente da inundação da rodovia Rota do Sol, que liga Natal às praias do Litoral Sul.

"Natal teve a maior chuva dos últimos 24 anos, quando um pluviômetro em Ponta Negra registrou uma chuva de 302 milímetros. Nós resolvemos o problema de recomposição do talude da Caern em 24 horas. Reclamaram que a Caern, para liberar a via, le-

Na avaliação dele, além da água ser um produto finito, “é muito escasso, não tem como se comparar e ter o controle desse bem na mão do setor privado”. “Seria muito perigoso, porque na hora em que fecha a torneira, quando se paga R\$ 42,00 por dez mil litros d’água sem falar com esgoto em Natal, se fechar e disser que são R\$ 200,00, paga-se os R\$ 200,00”, diz.

Para Linhares, é obrigação do Estado levar água para todos “e não somente para alguns, porque seria muito fácil o privado assumir, por exemplo em Natal, Mossoró e outros municípios maiores e deixar 120 deficitários para o estado cuidar, se vendessem a Caern”.

Ele exemplificou que, “se o Estado pegasse R\$ 1 bilhão com a venda da Caern, teria de imediato esse valor em caixa”. “Mas, teria, a par-

... pessoas, das comunidades e das famílias. Por isso, a intervenção em água é muito mais complexa.”

ROBERTO LINHARES
Presidente da Caern

tir daquele momento, 120 municípios deficitários para cuidar. Com o custo de alta em torno de R\$ 50 milhões. Ou seja, em doze meses R\$ 600 milhões. Em um ano e

vou cinco dias. Na verdade não levou cinco. Resolvemos o problema que era da Caern em 24 horas, só que houve o carreamento do efluente de toda aquela chuva para via e 40 milhões de litros de água se acumularam ali”, afirma.

Ele diz que a Caern “levou três dias e meio para tirar 40 milhões de litros de água. Para você ter uma ideia do que é 40 milhões de litro d’água, equivale a quatro mil carros pipas de dez mil litros. Essa justificativa é totalmente furada”.

A outra é de que a rede de tubulação estaria deteriorada, lembrou Linhares, que argumentou: “Natal tem 2.500 quilômetros de rede de água e esgoto da Caern. Desses 2.500 km de rede, nós temos uns 200 km que precisam ser substituídos. Está tudo deteriorado, não tem sentido”.

O que disse a **Fecomércio** no documento que defendeu a privatização da CAERN

“A PRIVATIZAÇÃO DA CAERN

A questão da privatização da Companhia de Águas e Esgotos do Estado (Caern) precisa estar no radar do futuro governo. A empresa chega a perder até 65% da água tratada que distribui, operando com uma rede de tubos depreciada e precisando ser mais efetiva na fiscalização das

ligações clandestinas.

Outro fato que chama a atenção no contexto da gestão da companhia é a necessidade de ser mais ágil em suas ações. Episódios recentes, ocorridos no início de julho, que envolveram o transbordamento de lagoas de estabilização e resultaram em prejuízos para a população, co-

mo o caso da lagoa da Rota do Sol, em Natal, demandando quase cinco dias para ser resolvido.

Vale ressaltar que, com os recursos eventualmente captados no processo de privatização, o Governo poderá sanar alguns dos graves problemas financeiros que tem, de maneira célere e definitiva.”

Lei Geral das microempresas deve ser regulamentada até setembro

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/lei-geral-das-microempresas-deve-ser-regulamentada-ata-setembro/545097
Data da publicação	14/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Positivo

Lei Geral das microempresas deve ser regulamentada até setembro

Publicado: 00:00:00 - 14/08/2022

Atualizado: 11:24:14 - 13/08/2022

Cláudio Oliveira

Repórter

Quase dois anos depois de sancionada, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte ainda carece de regulamentação em alguns pontos para funcionar em sua plenitude. Essa foi uma das cobranças feita à governadora Fátima Bezerra pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio/RN), em evento realizado na última segunda-feira (8). Entre os pleitos, está a criação de um fundo garantidor para compras governamentais, efetivação da simplificação de processos do licenciamento ambiental e de autorizações da Vigilância Sanitária. De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), até o dia 30 de setembro essas pendências serão sanadas.

Magnus Nascimento



Zeca Melo: "alguns pontos avançaram"

Os empresários pediram que o Governo acelere a efetivação da regulamentação da Lei Complementar 675, que institui o Estatuto da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais, arcabouço legal aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado em outubro de 2020. O dispositivo prevê um conjunto de medidas que desburocratizam e simplificam o setor de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), elevando sua competitividade. A intenção é que seja criado um ambiente mais favorável, com tratamento diferenciado e simplificado para o setor, que responde por mais de 90% das empresas estabelecidas e pela geração de 70% dos empregos no estado.

“Para que os benefícios da Lei possam ser implementados na sua integralidade, além da sanção, é preciso, em alguns casos, de providências complementares. Um bom exemplo disso é a questão das compras governamentais. A Lei Complementar estabelece uma série de diferenciais competitivos para as micro e pequenas empresas dentro do conjunto de compras do Governo, que movimenta cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano”, explicou o presidente da **Fecomércio/RN**, Marcelo Queiroz.

Ele destacou que esses diferenciais vão desde a criação de pregões exclusivos para as MPEs, sempre que a compra não ultrapassar um determinado valor, passando pela preferência para as empresas deste porte localizadas no estado e chegando até a criação de um fundo garantidor, operado pela Agência de Fomento do Estado (AGN), para garantir o pagamento às pequenas empresas sempre que elas realizarem vendas de até R\$ 200 mil ao Estado.

“A Fecomércio/RN, assim como as demais entidades representativas do setor produtivo, vem acompanhando de perto o desdobramento deste e de outros itens da lei, que é uma das mais modernas do País e foi construída a muitas mãos. Esperamos solução breve. As expectativas são as melhores possíveis”, disse Marcelo Queiroz.

Os setores de Comércio, Serviços e Turismo contabilizam mais de 200 mil empreendimentos no Estado, que geram ocupação e renda para 440 mil pessoas. Esses negócios pagam R\$ 774 milhões em salários. O setor responde por 79% do PIB potiguar e por 77% do ICMS recolhido aos cofres públicos.

O Diretor Superintendente do Sebrae-RN, Zeca Melo também pondera que a legislação é um grande avanço porque atende as expectativas da pequena empresa do estado, mas reconhece que a implantação segue lenta em sua totalidade.

“Alguns pontos avançaram, como o trabalho de liberação de alvarás do Corpo de Bombeiros, que simplificou bastante os procedimentos de fiscalização e concessão, além da simplificação junto aos órgãos sanitários”, disse Zeca Melo.

A educação empreendedora foi uma das novidades trazidas pela nova lei que prevê a inserção de ações pedagógicas nas escolas para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no Estado, contudo, Zeca Melo pontua que é preciso sair do papel. “Uma coisa importante de se fazer, é um programa de educação empreendedora que poderia se dar, prioritariamente, com a implantação dos Institutos Estaduais de Educação. São coisas que eu acho que a gente poderia começar a trabalhar imediatamente”, declarou.

Governo garante resolução de pendências

Ao ser cobrada no evento da Fecomércio, a governadora Fátima Bezerra tratou logo de anunciar a publicação, realizada no dia 5 de agosto, do decreto que instituiu o Comitê de Compras Públicas, umas das reivindicações da classe. Ela também falou sobre a efetivação da REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), que irá permitir que o cidadão abra ou regularize o seu negócio de forma simplificada e sem burocracia. Além de medidas para a instituição do Fundo de Aval e o decreto sobre a retribuição do MEI, que prevê um crédito presumido para microempresa, ela garantiu que a regulamentação da Lei Geral será feita até o final de agosto.

Alex Régis



Marcelo Queiroz: "Esperamos solução breve"

O prazo difere do que o Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Sílvio Torquato, prevê. "Até dia 30 de setembro, com certeza, todos os pleitos estarão resolvidos", disse ele.

De acordo com o secretário, a governadora já autorizou a Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) e a Agência de Fomento do estado (AGN) realizar os procedimentos legais para definir a origem e a quantidade dos recursos que devem compor o fundo garantidor para que os pequenos empresários tenham a garantia de que receberão o pagamento dos produtos que venham a ser comercializados com o poder público.

Além disso, ele diz que há questões já auto-regulamentadas, como a proposta de incluir os microempreendedores no crédito presumido do ICMS, que é equivalente a 12% para os adquirentes de produtos industriais. Os empresários dizem que isso daria mais segurança jurídica, deixando de ser tratada como decreto. “Mas se já existe decreto da Secretaria de Tributação, que inclui a pequena empresa no direito de fazer uso do crédito presumido, não há necessidade de regulamentação”, avalia o secretário.

Quanto à integração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema) à REDESIM, Torquato lembrou que o órgão já está preparado para tanto, mas que é preciso o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Conema) regulamentar quais licenças serão incluídas. “Também há um ponto sobre o andamento dos processos e autorizações da Vigilância Sanitária Estadual, principalmente às pequenas empresas ligadas à área de saúde, como as farmácias. Estamos em contato com a Suvisa (Superintendência de Vigilância em Saúde) para criar condições necessárias de atender esse pleito”, garantiu o titular da SEDEC.

O que é

O Estatuto das MPEs foi instituído pela Lei Complementar de Nº 675, em 6 de novembro de 2020, trazendo alguns benefícios aos pequenos negócios com estímulo à educação empreendedora, à inovação tecnológica, além de promover a desburocratização e simplificação de abertura de pequenos negócios, bem como alteração, manutenção e baixas desses empreendimentos.

A lei contempla as pequenas empresas com as compras públicas do Governo do Estado prevendo que valores de até R\$ 200 mil devem privilegiar os microempreendedores. Além disso, prevê que 40% dos recursos destinados à inovação (em projetos de pesquisa) possam beneficiar direta ou indiretamente às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEIs).

Além disso, para fomentar o setor, facilita o acesso ao crédito e conta com o Fórum Estadual Permanente das Microempresas, das Empresas de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais (FEMPE/RN). O Fórum é formado pela Sedec, SET, SEAD, AGN, Jucern, Assembleia Legislativa (frente Parlamentar da Micro e Empresa de Pequeno Porte), Fiern, Fecomércio-RN, Faern, FCDL, Facern e Sebrae.

Link	Página B1
Data da publicação	14/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Positivo

Lei Geral das microempresas deve ser regulamentada até setembro

«COBRANÇA » **Fecomércio** cobrou a regulamentação da Lei Geral das MPEs à governadora. Entre os pontos estão a criação de um fundo garantidor para compras governamentais e a simplificação do licenciamento ambiental

CLÁUDIO OLIVEIRA
Repórter

Quase dois anos depois de sancionada, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte ainda carece de regulamentação em alguns pontos para funcionar em sua plenitude. Essa foi uma das cobranças feitas à governadora Fátima Bezerra pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio/RN), em evento realizado na última segunda-feira (8). Entre os pleitos, está a criação de um fundo garantidor para compras governamentais, efetivação da simplificação de processos do licenciamento ambiental e de autorizações da Vigilância Sanitária. De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), até o dia 30 de setembro essas pendências serão sanadas. Os empresários pediram que o Governo acelere a efetivação da regulamentação da Lei Complementar 675, que instituiu o



O QUE É

O Estatuto das MPes foi instituído pela Lei Complementar de Nº 675, em 6 de novembro de 2020, trazendo alguns benefícios aos pequenos negócios com estímulo à educação empreendedora, à inovação tecnológica, além de promover a desburocratização e simplificação de abertura de pequenos negócios, bem como alteração, manutenção e baixas desses empreendimentos. A lei contempla as pequenas empresas com as compras públicas do Governo do Estado prevendo que valores de até R\$ 200 mil devem privilegiar os microempreendedores. Além disso, prevê que 40% dos recursos destinados à inovação (em projetos de

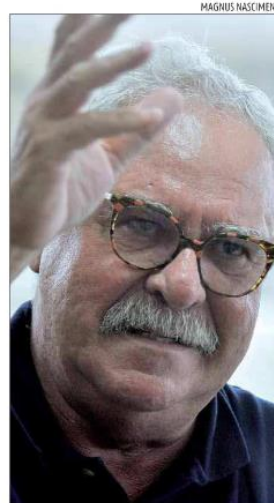
passando pela preferência para as empresas deste porte localizadas no estado e chegando até a criação de um fundo garantidor, operado pela Agência de Fomento do Estado (AGN), para garantir o pagamento às pequenas empresas sempre que elas realizarem vendas de até R\$ 200 mil ao Estado.

“A Fecomércio/RN, assim como as demais entidades representativas do setor produtivo, vem acompanhando de perto o desdobramento deste e de outros itens da lei, que é uma das mais modernas do País e foi construída a muitas mãos. Esperamos solução breve. As expectativas são as melhores possíveis”, disse Marcelo Queiroz.

Os setores de Comércio, Serviços e Turismo contabilizam mais de 200 mil empreendimentos no Estado, que geram ocupação e renda para 440 mil pessoas. Esses negócios pagam R\$ 774 milhões em salários. O setor responde por 79% do PIB potiguar e por 77% do ICMS recolhido aos cofres públicos.



Marcelo Queiroz: “Esperamos solução breve”



Zeca Melo: “alguns pontos avançaram”

Estatuto da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais, arcabouço legal aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado em outubro de 2020. O dispositivo prevê um conjunto de medidas que desburocratizam e simplificam o setor de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), elevando sua competitividade. A intenção é que seja criado um ambiente mais favorável, com tratamento diferenciado e simplificado para o setor, que responde por mais de 90% das empresas estabelecidas e pela geração de 70% dos empregos no estado.

pequisa) possam beneficiar direta ou indiretamente às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEIs). Além disso, para fomentar o setor, facilita o acesso ao crédito e conta com o Fórum Estadual Permanente das Microempresas, das Empresas de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais (FEMPE/RN). O Fórum é formado pela Sedec, SET, SEAD, AGN, Jucern, Assembleia Legislativa (frente Parlamentar da Micro e Empresa de Pequeno

O Diretor Superintendente do Sebrae-RN, Zeca Melo também pondera que a legislação é um grande avanço porque atende as expectativas da pequena empresa do estado, mas reconhece que a implantação segue lenta em sua totalidade.

“Alguns pontos avançaram, como o trabalho de liberação de alvarás do Corpo de Bombeiros, que simplificou bastante os procedimentos de fiscalização e concessão, além da simplificação junto aos órgãos sanitários”, disse Zeca Melo.

A educação empreendedora foi uma das novidades trazidas pela nova lei que prevê a inserção

“Para que os benefícios da Lei possam ser implementados na sua integralidade, além da sanção, é preciso, em alguns casos, de providências complementares. Um bom exemplo disso é a questão das compras governamentais. A Lei Complementar estabelece uma série de diferenciais competitivos para as micro e pequenas empresas dentro do conjunto de compras do Governo, que movimenta cerca de R\$

Porte), Fiem, Fecomércio-RN, Faern, FCDL, Facern e Sebrae.

1,5 bilhão por ano”, explicou o presidente da Fecomércio/RN, Marcelo Queiroz.

Ele destacou que esses diferenciais vão desde a criação de pregões exclusivos para as MPes, sempre que a compra não ultrapassar um determinado valor,

de ações pedagógicas nas escolas para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no Estado, contudo, Zeca Melo pontua que é preciso sair do papel. “Uma coisa importante de se fazer, é um programa de educação empreendedora que poderia se dar, prioritariamente, com a implantação dos Institutos Estaduais de Educação. São coisas que eu acho que a gente poderia começar a trabalhar imediatamente”, declarou.

Governo garante resolução de pendências

Ao ser cobrada no evento da **Fecomércio** a governadora Fátima Bezerra tratou logo de anunciar a publicação, realizada no dia 5 de agosto, do decreto que instituiu o Comitê de Compras Públicas, umas das reivindicações da classe. Ela também falou sobre a efetivação da REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), que irá permitir que o cidadão abra ou regularize o seu negócio de forma simplificada e sem burocracia. Além de medidas para a instituição do Fundo de Aval e o decreto sobre a retribuição do MEI, que prevê um crédito presumido para microempresa, ela garantiu que a regulamentação da Lei Geral será feita até o final de agosto.

O prazo difere do que o Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Sílvio Torquato, prevê. “Até dia

30 de setembro, com certeza, todos os pleitos estarão resolvidos”, disse ele.

De acordo com o secretário, a governadora já autorizou a Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) e a Agência de Fomento do estado (AGN) realizar os procedimentos legais para definir a origem e a quantidade dos recursos que devem compor o fundo garantidor para que os pequenos empresários tenham a garantia de que receberão o pagamento dos produtos que venham a ser comercializados com o poder público.

Além disso, ele diz que há questões já auto-regulamentadas, como a proposta de incluir os microempreendedores no crédito presumido do ICMS, que é equivalente a 12% para os adquirentes de produtos industriais. Os empresários dizem que isso daria mais segurança jurídica, deixando de ser tratada co-

mo decreto. “Mas se já existe decreto da Secretaria de Tributação, que inclui a pequena empresa no direito de fazer uso do crédito presumido, não há necessidade de regulamentação”, avalia o secretário.

Quanto à integração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema) à REDESIM, Torquato lembrou que o órgão já está preparado para tanto, mas que é preciso o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Conema) regulamentar quais licenças serão incluídas. “Também há um ponto sobre o andamento dos processos e autorizações da Vigilância Sanitária Estadual, principalmente às pequenas empresas ligadas à área de saúde, como as farmácias. Estamos em contato com a Suvisa (Superintendência de Vigilância em Saúde) para criar condições necessárias de atender esse pleito”, garantiu o titular da SEDEC.

RN Em Foco: proposições para o futuro da economia potiguar

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-em-foco-proposia-a-es-para-o-futuro-da-economia-potiguar/545130
Data da publicação	14/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Positivo

RN Em Foco: proposições para o futuro da economia potiguar

Publicado: 00:00:00 - 14/08/2022

Atualizado: 18:14:37 - 13/08/2022

Marcelo Fernandes de Queiroz

Presidente da Fecomércio RN

A Fecomércio Rio Grande do Norte deu início, na última semana, a uma série de encontros com candidatos ao Governo do Estado. Nas ocasiões, realizamos a entrega do documento “RN em Foco”, um compilado com sugestões para o futuro da economia potiguar, que reúne pontos prioritários para os segmentos do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Para se ter uma ideia da força desses segmentos, são mais de 200 mil empreendimentos no estado, que geram ocupação e renda para 440 mil pessoas, sendo 326 mil com carteira assinada. Estes negócios pagam R\$ 774 milhões em salários e respondem por 79% do nosso PIB e por 77% do ICMS recolhido aos cofres públicos.

Por ser a principal entidade de representação destes setores, temos o intuito de proporcionar um ambiente de diálogo democrático e propositivo, sobretudo neste momento. Por isso, além dos candidatos ao governo, o compilado de sugestões também será enviado para os candidatos ao Senado e à Câmara Federal, além de estar acessível de forma pública no site www.fecomerciorn.com.br/rnemfoco.

Para construção das propostas, foram feitas análises de dados públicos, estudos do Instituto Fecomércio e pesquisa realizada junto a empreendedores e líderes das organizações representativas do setor produtivo.

Também incluímos os documentos “Vai Turismo – Rumo ao Futuro”, que traça um diagnóstico do turismo potiguar, principalmente após o impacto da pandemia; e a “Agenda Institucional do Sistema Comércio – Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo”, ambas iniciativas da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Com isso, o “RN Em Foco” apresenta proposições para temas ligados à Gestão Pública, Segurança, Turismo e Incentivo ao Empreendedorismo. Entendemos que estas são áreas prioritárias.

Apesar de toda a proatividade, resiliência e espírito inovador do nosso empresariado, os nossos setores dependem fortemente de condições econômicas que podem – e devem – ser fruto de ações de Governo. Tais iniciativas precisam dar suporte para que possamos enfrentar um cenário que atualmente é bastante desafiador.

Temos observado os primeiros passos no processo de recuperação da economia, mas não sem sofrer duramente a influência do aumento da inflação, da dificuldade de acesso ao crédito pelas empresas e da queda do poder aquisitivo da nossa população.

Essa é uma preocupação constante dos empreendedores que foi revelada na pesquisa que realizamos com 800 empresários do Comércio, Serviços e Turismo em todo estado. Para 65% dos entrevistados, a economia piorou ou está igual ao ano passado, e cerca de 71% esperam mudanças para 2023.

Geração de empregos, queda da inflação e juros mais baixos são os principais fatores para estimular a economia, na opinião dos entrevistados neste estudo.

São dados que só reforçam a importância de abirmos o canal do diálogo, para a construção conjunta, a fim de que o nosso estado possa desenvolver todo o seu potencial, ampliando as oportunidades de geração de emprego e renda, em benefício da nossa população e de um ambiente de negócios positivo.

A Fecomércio Rio Grande do Norte se coloca, mais uma vez, como um parceiro na elaboração de soluções aplicáveis e que construirão o RN que todos nós queremos!

Link	Página 2
Data da publicação	14/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Positivo

RN Em Foco: proposições para o futuro da economia potiguar

MARCELO FERNANDES DE QUEIROZ
Presidente da Fecomércio RN

A Fecomércio Rio Grande do Norte deu início, na última semana, a uma série de encontros com candidatos ao Governo do Estado. Nas ocasiões, realizamos a entrega do documento “RN em Foco”, um compilado com sugestões para o futuro da economia potiguar, que reúne pontos prioritários para os segmentos do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Para se ter uma ideia da força desses segmentos, são mais de 200 mil empreendimentos no estado, que geram ocupação e renda para 440 mil pessoas, sendo 326 mil com carteira assinada. Estes negócios pagam R\$ 774 milhões em salários e respondem por 79% do nosso PIB e por 77% do ICMS recolhido aos cofres públicos.

Por ser a principal entidade de representação destes setores,

temos o intuito de proporcionar um ambiente de diálogo democrático e propositivo, sobretudo neste momento. Por isso, além dos candidatos ao governo, o compilado de sugestões também será enviado para os candidatos ao Senado e à Câmara Federal, além de estar acessível de forma pública no site www.fecomerciorn.com.br/rnemfoco.

Para construção das propostas, foram feitas análises de dados públicos, estudos do Instituto Fecomércio e pesquisa realizada junto a empreendedores e líderes das organizações representativas do setor produtivo.

Também incluímos os documentos “Vai Turismo – Rumo ao Futuro”, que traça um diagnóstico do turismo potiguar, principalmente após o impacto da pandemia; e a “Agenda Institucional do Sistema Comércio – Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo”, am-

bas iniciativas da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Com isso, o “RN Em Foco” apresenta proposições para temas ligados à Gestão Pública, Segurança, Turismo e Incentivo ao Empreendedorismo. Entendemos que estas são áreas prioritárias.

Apesar de toda a proatividade, resiliência e espírito inovador do nosso empresariado, os nossos setores dependem fortemente de condições econômicas que podem – e devem – ser fruto de ações de Governo. Tais iniciativas precisam dar suporte para que possamos enfrentar um cenário que atualmente é bastante desafiador.

Temos observado os primeiros passos no processo de recuperação da economia, mas não sem sofrer duramente a influência do aumento da inflação, da dificuldade de acesso ao crédito pelas empresas e da queda do poder aquisitivo da nossa população.

Essa é uma preocupação constante dos empreendedores que foi

revelada na pesquisa que realizamos com 800 empresários do Comércio, Serviços e Turismo em todo o estado. Para 65% dos entrevistados, a economia piorou ou está igual ao ano passado, e cerca de 71% esperam mudanças para 2023.

Geração de empregos, queda da inflação e juros mais baixos são os principais fatores para estimular a economia, na opinião dos entrevistados neste estudo.

São dados que só reforçam a importância de abrirmos o canal do diálogo, para a construção conjunta, a fim de que o nosso estado possa desenvolver todo o seu potencial, ampliando as oportunidades de geração de emprego e renda, em benefício da nossa população e de um ambiente de negócios positivo.

A Fecomércio Rio Grande do Norte se coloca, mais uma vez, como um parceiro na elaboração de soluções aplicáveis e que construirão o RN que todos nós queremos!

Link	Página 6
Data da publicação	13/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Notícia de Interesse

Desemprego no RN se mantém abaixo dos níveis pré-pandemia

« PESQUISA » De acordo com dados da PNAD Contínua, a taxa de desemprego para o período de abril a junho de 2022 ficou em 12%, abaixo dos níveis pré-pandemia. No último trimestre de 2019, a taxa foi de 13%

A taxa de desocupação do Rio Grande do Norte para os meses de abril a junho de 2022 ficou em 12%, abaixo dos níveis observados na pré-pandemia. No último trimestre de 2019, a taxa foi de 13%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada nessa sexta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Com o resultado, o RN apresentou melhoria nos índices, mas tem 6ª maior taxa de desocupação do País.

A PNAD mostra ainda que houve uma diminuição de 2,1 pontos percentuais, em relação ao trimestre anterior, que registrou 14,1%. Em comparação ao mesmo trimestre de 2021, a taxa de desocupação potiguar registrou uma diminuição de mais de 4 pontos percentuais. O índice à época foi a 16,3%. A pesquisa mostra que o Estado evoluiu menos que outras unidades da Federação. No primeiro trimestre, Acre (14,8%), Alagoas (14,2%) e Amapá (14,2%) tinham percentual maior que o Rio Grande do Norte, que registrava 14,1% de desempregados. Porém, em três meses, os três estados conseguiram ficar abaixo dos 12%.

Em números absolutos, a PNAD Contínua estima que a força de trabalho potiguar é de 1,56 milhão de pessoas, sendo 1,37 milhão de pessoas ocupadas e 188 mil desocupadas no último trimestre. Com isso, o número de desocupados caiu 15,3% na comparação com o trimestre anterior e 22,4% ante o mesmo período do ano passado. Essas mudanças seguem a

mesma tendência observada na Região Nordeste como um todo, em que houve diminuição da taxa de desocupados de 14,9% para 12,7% da população em idade de trabalhar se comparado ao trimestre anterior. A mesma tendência foi observada em nível nacional, com a taxa de desocupados caindo de 11,1 para 9,3%.

São consideradas desocupadas as pessoas que estavam sem trabalho e que tomaram alguma providência para conseguir emprego, como entregar currículo, atender entrevistas de emprego, inscrever-se em concurso, entre outras atitudes. Essas pessoas estavam disponíveis para assumir o posto de trabalho naquela semana caso o tivessem encontrado, porém não obtiveram êxito.

Nível de Ocupação e Taxa de Participação

No Estado, dos 2,9 milhões de potiguares em idade de trabalhar (14 anos de idade ou mais), 1,377 milhão está ocupado. Isso significa que o nível de ocupação no Rio Grande do Norte é de 47,5%, considerado estável em relação ao trimestre anterior. A taxa de participação da força de trabalho, que mede a proporção das pessoas ocupadas e desocupadas em relação à população em idade de trabalhar, foi de 54%, abaixo da média nacional de 62,6%.

Número de desalentados diminui

A pesquisa traz também informações sobre a força de trabalho potencial, que engloba os desalentados e os indisponíveis. Embora haja queda nesse indi-

cador em relação ao ano anterior, o dado é estável em relação ao primeiro trimestre de 2022. Entre abril e junho deste ano, havia 232 mil pessoas na força de trabalho potencial do RN, sendo 151 mil desalentadas e 81 mil indisponíveis.

São considerados desalentados aqueles que não estavam trabalhando nem procuraram emprego nos últimos 30 dias, mas que declararam ter interesse e disponibilidade para trabalhar na semana em que foram entrevistadas. Entre os indisponíveis estão aqueles que, embora tenham declarado interesse em trabalhar, não teriam condições de assumir uma vaga na semana anterior à que foram entrevistados por motivos diversos, como: estudo, afazeres domésticos e cuidado de filhos ou dependentes.

Rendimento médio no RN é o maior do Nordeste

Estimado em R\$ 2.061, o rendimento médio real habitualmente recebido por mês no estado potiguar permaneceu como o maior da região Nordeste tanto para homens quanto para mulheres, mas ficou atrás da média nacional (2.652 reais).

No segundo trimestre de 2022, estima-se que as trabalhadoras potiguares tenham recebido, em média, rendimentos de 1.721 reais por mês, enquanto homens receberam 2.135 reais, em média. No mesmo período, o nível de ocupação feminino foi de 37,8% no estado, enquanto masculino foi de 57,9%. Isso representa uma proporção de quase três homens para cada duas mulheres na população ocupada do RN.



RN apresentou melhoria nos índices, mas tem a quinta maior taxa de desocupação do País

País tem 2,985 milhões de desempregados

No segundo trimestre de 2022, o País tinha 2,985 milhões de pessoas em situação de desemprego de mais longo prazo, ou seja, em busca de um trabalho há pelo menos dois anos. Se considerados todos que procuram emprego há pelo menos um ano, esse contingente em situação de desemprego de longa duração sobe a 4 212 milhões. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O contingente que tentava uma oportunidade de trabalho há dois anos ou mais respondia por 29,6% do total de 10,080 milhões de desempregados existen-

tes no segundo trimestre deste ano. Houve melhora em relação ao primeiro trimestre, quando essa população totalizava 3,463 milhões de pessoas, ou seja, 478 mil pessoas a menos nessa situação. Outros 1,227 milhão buscavam emprego há pelo menos um ano, porém menos de dois anos, 12,2% do total de desocupados. Esse contingente diminuiu em 319 mil pessoas ante o primeiro trimestre do ano.

Mais 4,287 milhões de brasileiros procuravam trabalho há mais de um mês, mas menos de um ano, 42,5% do total de desempregados, 592 mil pessoas a menos que no trimestre anterior. Um total de 1,581 milhão de brasileiros tentavam uma vaga há menos de um mês,

15,7% dos desempregados, 470 mil pessoas a menos nessa situação ante o trimestre anterior.

No País, a taxa de desocupação no segundo trimestre de 2022 foi de 9,3%, recuando 1,8 ponto percentual ante o primeiro trimestre de 2022 (11,1%) e caindo 4,9% frente ao mesmo trimestre de 2021. Em relação ao trimestre anterior, a taxa de desocupação recuou em 22 das 27 Estados, mantendo-se estável em outros cinco. As maiores taxas de desocupação foram da Bahia (15,5%), Pernambuco (13,6%), Sergipe (12,7%) e Paraíba (12,2%). Por outro lado, as menores foram registradas em Santa Catarina (3,9%), Mato Grosso (4,4%) e Mato Grosso do Sul (5,2%).

Piauí tem a maior taxa de subutilização e SC a menor

No segundo trimestre de 2022, a taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada) foi de 21,2% no País. Piauí (42,3%) teve a maior taxa, seguido por Sergipe (37,4%) e Bahia (34,9%). O Rio Grande do Norte teve 30,8%. As menores taxas de subutilização ficaram com Santa Catarina (7,0%), Mato Grosso (10,1%) e Rondônia (11,2%).

O número de desalentados no segundo trimestre de 2022 foi de 4,3 milhões de pessoas. O maior número estava na Bahia (612 mil desalentados). O percentual de desalentados (frente à população na força de trabalho ou desalentada) no segundo tri de 2022 foi de 3,8%. Maranhão (14,8%) e Alagoas (13,7%) tinham os maiores percentuais e Santa Catarina (0,4%) e Mato Grosso (1,2%), os menores.



TAXA DE DESEMPREGO

Bahia: 15,5%
Pernambuco: 13,6%
Sergipe: 12,7%
Rio de Janeiro: 12,6%
Paraíba: 12,2%
Rio Grande do Norte: 12%
Acre: 11,9%
Distrito Federal: 11,5%
Amapá: 11,4%
Alagoas: 11,1%
Maranhão: 10,8%
Ceará: 10,4%
Amazonas: 10,4%
Piauí: 9,4%
São Paulo: 9,2%
Pará: 9,1%
Espírito Santo: 8%
Minas Gerais: 7,2%
Goiás: 6,8%
Rio Grande do Sul: 6,3%
Roraima: 6,2%
Paraná: 6,1%
Rondônia: 5,8%
Tocantins: 5,5%

O percentual de empregados com carteira assinada no setor privado foi de 73,3%. Os maiores percentuais estavam em Santa Catarina (87,4%), São Paulo (81,0%) e Paraná (80,9%) e os menores, no Piauí (46,6%), Maranhão (47,8%) e Pará (51,0%). O Rio Grande do Norte aparece com 63,1%.

O percentual da população ocupada do país trabalhando por conta própria foi de 26,2%. Os maiores percentuais eram do Amapá (35,7%), Rondônia (35,3%) e Amazonas (35,0%) e os menores, do Distrito Federal (20,1%), Mato Grosso do Sul (22,6%) e São Paulo

Mato Grosso do Sul: 5,2%
Mato Grosso: 4,4%
Santa Catarina: 3,9%

(23,2%). No Rio Grande do Norte, o percentual foi de 26,8%.

A taxa de informalidade para o Brasil foi de 40,0% da população ocupada. As maiores taxas ficaram com Pará (61,8%), Maranhão (59,4%) e Amazonas (57,7%) e as menores, com Santa Catarina (27,2%), São Paulo (31,1%) e Distrito Federal (31,2%). O Rio Grande do Norte ficou acima da média nacional, com 46,3%.

Link	Página 7
Data da publicação	13/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Notícia de Interesse

Arrecadação do RN cresce 7% em julho e soma R\$ 674,3 mi

« **IMPOSTOS** » Alta foi puxada pela receita do ICMS, que cresceu 10,4%. RN arrecadou R\$ 626 milhões em julho, R\$ 59 milhões a mais que o recolhido em igual mês de 2021

A arrecadação do Rio Grande do Norte encerrou o sétimo mês do ano com um montante de R\$ 674,38 milhões recolhidos, o que corresponde a um alta de 6,95% em relação a julho de 2021, quando a receita somou R\$ 630,54 milhões. O crescimento foi puxado pela arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que registrou um aumento de 10,4%. Com esse tributo, o Estado recolheu R\$ 626 milhões em julho contra R\$ 567 milhões recolhidos em igual mês de 2021. Isso representou R\$ 59 milhões a mais.

Os dados estão na 33ª edição do Boletim das Atividades Econômicas do RN, divulgada nesta sexta-feira (12) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). O informativo mostra ainda que o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA) teve queda 13% e fechou o mês com um total de R\$ 47 milhões arrecadados.

desempenho negativo: a atividade de energia elétrica, com queda de 6,24% e o comércio de combustíveis, com queda de 1,80%.

Nas atividades de Bares, restaurantes e similares, houve registro de elevação nominal na receita do imposto na ordem de 5,66%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. "Esse setor foi um dos mais prejudicados com a pandemia da covid-19 e qualquer variação no rumo da evolução do vírus reflete-se fortemente no desempenho do setor. No entanto, percebe-se claramente, uma recuperação da arrecadação do setor a partir de novembro de 2021", analisa a SET.

Vendas

O informativo mostra que o comércio varejista teve uma alta de 7,5% em julho, em relação ao mesmo mês do ano passado, e movimentou mais de R\$ 3 bilhões no Rio Grande do Norte. Foi o setor que registrou o maior volume de vendas no período, com um faturamento médio diário da ordem

Segundo o informativo mensal da Receita Estadual, o setor atacadista foi o que apresentou o segundo melhor desempenho em julho, com um volume de vendas da ordem de R\$ 69,4 milhões por dia. Já o segmento de comercialização e distribuição de combustíveis foi responsável pelo terceiro maior montante movimentado no mês: R\$ 62,2 milhões faturados por dia pela venda de 49 milhões de litros de gasolina, 39 milhões de litros de diesel e 5 milhões de litros de etanol ao longo mês. Enquanto, os dois primeiros tipos de combustível apresentaram alta no consumo, o álcool teve uma retração de 28,6% em julho, quando o volume vendido diminuiu 2 milhões de litros de um mês para o outro.

A indústria de transformação apresentou um crescimento nas vendas em torno de 30,1% no comparativo com julho do ano passado e chegou a movimentar no total quase R\$ 1,9 bilhão – 11% a mais que no mês anterior. Avanço semelhante ao da indústria extrativista que teve alta de 11% em

Dentre os setores analisados, destacaram-se na arrecadação do mês passado: o setor da indústria de transformação, com crescimento de 28,81%; setor de comércio varejista, com crescimento de 18,21%; o setor de comunicações, com crescimento de 12,40%; o setor de comércio atacadista, com crescimento de 10,52%. Tiveram

de R\$ 99,6 milhões. O bom desempenho é resultado da realização de mais de 31,6 milhões de operações comerciais no período, número que é 2,6% maior que o registrado em junho. Juntos, os setores produtivos do estado contabilizaram no mês um faturamento de aproximadamente R\$ 12,9 bilhões no sétimo mês do ano.

relação a junho pelo faturamento mensal de R\$ 502,2 milhões. Isso representa um aumento de 56% quando comparado a julho do ano passado. Já o setor de bares e restaurantes alcançaram uma média de R\$ 6,4 milhões por dia e fecharam o mês com alta de 27% em relação ao mesmo período do ano passado.

Ação ligada a economia local se destaca

Link	Página C2
Data da publicação	15/08/2022
Veículo	Valor Econômico
Classificação	Notícia de Interesse

Mercados Percepção de fim de ciclo de alta de juros alimenta movimento, mas analistas veem incertezas adiante

Ação ligada à economia local se destaca

Augusto Decker e Mathews Prado
De São Paulo

A indicação de que o ciclo de alta de juros promovido pelo banco central brasileiro deve ter chegado ao fim reforça, nas últimas semanas, um movimento de recuperação das ações ligadas à economia local e mais sensíveis à oscilação dos juros no Ibovespa. Nesse cenário, papéis com esse perfil têm respondido por boa parte das maiores altas do índice no mês. Locaweb ON tem ganho acumulado de 46,68% no período, enquanto Positivo ON avança 42,86%, Azul PN, 40,75% e Magazine Luiza ON tem alta de 38,76%.

Os números parciais deste mês reforçam, inclusive, o movimento de rotação de ativos de "value" (empresas sólidas e com múltiplos baixos) para os de "growth" (que buscam multiplicar seu valor no futuro) que já havia começado em julho.

É um movimento global", afirma Aline de Souza Cardoso,

estrategista institucional de ações para Brasil do Santander. "Os mercados americano e europeu tiveram rallies semelhantes, com ações de crescimento se valorizando. Em conversas com clientes, eles apontam que dois gatilhos para esse movimento seriam o Copom sinalizar o final do ciclo de aperto monetário e a inflação fazer picos. Então, tendo isso em mente, o movimento pode continuar, mas com uma intensidade menor", diz.

Segundo a estrategista, há incertezas externas e internas com força para diminuir o ímpeto comprador registrado recentemente. Lá fora, afirma, os dados nos Estados Unidos parecem conflitantes, com a geração de emprego em alta e a inflação deixando de surpreender negativamente. Ela entende que a curva de juros está precipitando uma desinflação rápida na economia americana, o que não é garantido. Localmente, é preciso entender, em sua visão, como a ini-

mente desaceleração econômica impacta a atividade das empresas. E, no caso do estrangeiro, entende que a eleição ganhará cada vez mais importância.

Para analistas do JP Morgan, liderados por Emy Shayo Cherman, no entanto, apesar dos "valuations" descontados, as ações do Ibovespa ligadas à economia doméstica ainda não são a melhor aposta devido a três motivos: os juros devem permanecer elevados por bastante tempo; as expectativas de inflação não estão ancoradas; e é esperada forte desaceleração da economia, apesar dos estímulos promovidos pelo governo federal.

"Historicamente, as ações brasileiras apresentam desempenho abaixo da média nos meses seguintes ao final dos ciclos de alta de juros. Olhando para o Ibovespa, que tira o impacto do câmbio no índice, verifica-se que os retornos positivos acumulados só retornam seis meses após o fim de cada ciclo, que normalmente é o momento

em que o processo de redução começa", dizem os analistas.

Assim, acrescentam, embora o lado doméstico do mercado tenha respondido positivamente ao fim do ciclo de alta, parece que o processo pode não ser duradouro e que ganhos mais consistentes ocorrem quando a flexibilização começa e não quando a alta termina. Segundo o JP, a manutenção dos juros em patamar elevado por mais tempo também pressiona os ativos por conta das expectativas de crescimento ainda elevadas, perspectivas contínuas de pressões inflacionárias e incertezas cercadas a política fiscal do governo.

"Não esperamos que a Selic seja reduzida antes de junho de 2023. Nos últimos 20 anos, levou em média 5,6 meses entre o final do ciclo de alta e o início da reversão. Agora, vai demorar 10 meses, se o último movimento foi aumento final".

Não obstante, enxergam a renda variável local como mais atrativa que a renda fixa no momento e esperam que o Ibovespa

alcance os 125 mil pontos até o fim do ano. Setorialmente, a casa prefere energia, materiais, financeiro, "utilities" e bens de consumo.

Fernando Damasceno, especialista em renda variável do Modalmais, lembra que o mercado hoje precifica que devemos estar chegando ao fim do ciclo de alta de juros e talvez em 2023 haja um início de queda. "Mas, com quadro global de recessão econômica e desaceleração devido à inflação persistente, o que vai determinar a recuperação de setores sensíveis à economia local é um arrefecimento mais agudo da inflação. Isso abrirá margens para os bancos centrais elevarem menos os juros globalmente os, no Brasil, para o mercado antecipar cortes da Selic".

Cardoso, do Santander, cita, adicionalmente, fatores técnicos que impulsionaram alguns papéis, como a possibilidade de alguns "short squeezes" (fluxos de pressão compradora que ajudam a liquidar posições vendidas em certos ativos), que tendem a se normali-

zar daqui para frente. Desde o pico no fim de julho, ela conta que ações como Rede D'Or ON, Cyrela ON, Lojas Renner ON e Localiza ON registraram redução significativa no seu volume vendido.

A leitura é corroborada por dados que aparecem no relatório "XP Short Scout", do fim de julho, que mostra que empresas como Via, Positivo, Cielo, ZFRC e Natura registraram queda no "short interest" — volume de ações que foram vendidas a descoberto — no período. Jennie Li, estrategista de ações da XP, diz que a alta das ações de crescimento se deu principalmente por uma melhoria na macroeconomia em razão da queda de juros de longo prazo, especialmente de dez anos, que tem efeito expressivo sobre os papéis.

"O que pode ter acontecido é isso ter feito com que algumas gestoras ou bancos tenham coberto posições 'shorteadas'", afirma, destacando que é difícil atribuir as altas a esse movimento.

Lucro da Eletrobras cai 45% no 2 tri, para R\$1,4 bilhão

Link	Página A17
Data da publicação	15/08/2022
Veículo	Folha de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

Lucro da Eletrobras cai 45% no 2º tri, para R\$ 1,4 bilhão

SÃO PAULO | REUTERS A Eletrobras registrou lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão no segundo trimestre, queda de 45% ante o mesmo período do ano anterior, devido principalmente a efeitos da variação cambial negativa de R\$ 625 milhões pela exposição de dívida da empresa em dólar.

Na noite de sexta-feira (12), a companhia disse que o resultado trimestral também

foi impactado pela provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 890 milhões, em função, principalmente, do aporte de capital realizado pela subsidiária Furnas na Santo Antônio Energia.

Ainda houve impacto de provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), que somou R\$ 694 milhões, influenciado pela inadim-

plência da distribuidora Amazonas Energia, em especial no que se refere à dívida financeira com a holding.

A geração de caixa medida pelo Ebitda ajustado apresentou crescimento de 6%, para R\$ 4,364 bilhões no segundo trimestre.

O resultado no período já considera os efeitos contábeis da segregação da Eletronuclear, que deixou de ser

uma empresa controlada pela Eletrobras após a privatização, em junho deste ano.

O balanço também inclui a venda da participação acionária detida na Itaipu Binacional e a celebração dos novos contratos de concessão de geração decorrentes da privatização.

A receita operacional líquida aumentou 19% para R\$ 8,856 bilhões, pela melhor

performance nos contratos bilaterais e pelo reajuste anual das receitas de transmissão, cuji base de ativos foi ampliada no ciclo 21/22 pelo reperfilamento da Rede Básica Sistema Existente que consiste em indenizações para concessões renovadas antecipadamente em 2021, nos termos da Medida Provisória 579.

A Eletrobras foi privatizada em junho deste ano,

após a oferta pública de parte das suas ações. A venda diluiu a participação do governo em seu capital.

Com o processo, a União ficou com cerca de 42% do capital votante (e 36,9% do total), ante 68,6% até então.

As novas regras da Eletrobras impedem que qualquer grupo, inclusive o governo federal, exerça poder de voto superior a 12%.

Lucro da Eletrobras cai 45%, para R\$1,4 bilhão

Link	Página B4
Data da publicação	15/08/2022
Veículo	O Estado de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

Balança

Lucro da Eletrobras cai 45%, para R\$ 1,4 bi

WILLIAN PEREIRA

A Eletrobras teve lucro líquido de R\$ 1,4 bilhão no segundo trimestre do ano, queda de 45% na comparação com o mesmo período de 2021. No acumulado até junho, o lucro da companhia caiu 1%, para R\$ 4,1 bilhões.

Segundo a empresa, o resultado foi influenciado negativamente pela provisão para perdas em investimentos de R\$ 890 milhões, em função, principalmente, do aporte de capital realizado por Furnas na SIV Sem o Sítio Energia. No trimestre, também pesou o registro de R\$ 694 milhões em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa relativos à inadimplência de distribuidora Amazonas Energia.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 8,9 bilhões, 19,1% superior ao mesmo período de 2021. De janeiro a junho, o Ebitda - lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização - ajustado somou R\$ 4,861 bilhões, alta de 6% comparado a igual intervalo do ano anterior.

Ao final do trimestre, a dívida líquida recuou para a Eletrobras em R\$ 15,143 bilhões, 11% menor que no mesmo intervalo do ano anterior. Os investimentos no trimestre totalizaram R\$ 2,548 bilhões, um crescimento de 199%. ●

PESQUISA EXATUS: CONFIRA OS CITADOS PARA DEPUTADO ESTADUAL E FEDERAL

Confira os nomes mais lembrados pelo eleitorado para as disputas da Câmara Federal e Assembleia Legislativa _PÁG. 4 e 6



Orçamento _PÁG. 5

Bolsonaro veta obras para o RN, incluindo duplicação da BR-304

Congresso Nacional agora vai avaliar decisão do presidente na sanção da LDO para 2023

O presidente Jair Bolsonaro vetou a inclusão de obras de infraestrutura no Rio Grande do Norte em Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023. A gestão estadual e as autoridades políticas do Rio Grande do Norte lamentam o veto.

Além dos trabalhos na 304 (Natal - Fortaleza), foram vetadas ainda as obras de adequações das rodovias federais 104 (Macau - Maricá) e 405 (Mossoró - Maricá) e o Cinturão das Águas, que levaria as águas da transposição para o interior do RN.

Presidente estadual do partido afirmou que, apesar de coligação formal, PP do RN não vai apoiar nenhuma nomeação para o Governo do Estado.

Alianças _PÁG. 8

Beto confirma orientação para PP se coligar com Fábio

Presidente estadual do partido afirmou que, apesar de coligação formal, PP do RN não vai apoiar nenhuma nomeação para o Governo do Estado.

Economia _PÁG. 10

Vendas crescem 7,5% em julho no comércio

Varejo foi o setor comercial que mais viu vendas no Rio Grande do Norte em julho, de acordo com boletim divulgado ontem. Vendas atingiram média diária de R\$ 96,6 milhões, 7,5% a mais do que em julho de 2021.



Paixão por ABC e América passa de pai para filho _PÁG. 24

No Dia dos Pais, AGORA RN conta histórias de torcedores que herdaram amor pelos clubes potiguaros dos pais e perpetuaram paixão pelas cores.

Eleições 2022 _PÁG. 7

Styvenson diz que vai cobrar devolução de sobras de poderes

Candidato do Podemos ao Governo do Estado afirma que, se for eleito, demandará a devolução de sobras de poderes.

poderes regulamentares, mas que, em caso de sobras, haverá devolução do valor nas parcelas seguintes.

Notas & Informações _PÁG. 2

MDB teme não ter votos suficientes para eleger Adjuto

Filho do prefeito de Natal pretende ser, junto com a neta, cerca de 70 mil votos para garantir vaga na AL.

Atualidade _PÁG. 2

Manifestação quinta 11, pelo democracia, foi ardemosa

Diário da Redação _PÁG. 2

Fábio fecha campanha pela democracia de "arbitro casto"

Key Lopes _PÁG. 11

Seguindo as redes sociais, o prefeito se dedica ao trabalho

Descaso _PÁG. 11

Ribeira tem 166 imóveis abandonados

De acordo com a prefeitura, Ribeira é o ponto mais crítico da cidade quanto ao abandono de imóveis. Abandono é definido, também, a partir do não pagamento de impostos.

EDIÇÃO: 84 98117.1715

ASSINATURA: 84 98140.9480

COMERCIAL: 84 3027.1690

EMAIL: publica@agorarn.com.br

24



TRIBUNA DO NORTE



RUA MARCELO GOMES, 128 - 601

Av. Dr. Carlos Tinoco, 3 - Cajazeiras - RN

Deputados e senadores querem salários de R\$ 36,8 mil

Proposta em estado de direito da STF, aprovada em votação, culpa da Congresso para cobrar mais por eles, não dos eleitores

» PÁGINA 2 «



EMPATE BASTA PARA O TIME DO AMÉRICA NO HARAMBÔ

Clube precisa vencer ou empatar para não cair para a Série B. América tem 10 pontos em 11 jogos. O time precisa vencer ou empatar para não cair para a Série B. América tem 10 pontos em 11 jogos. O time precisa vencer ou empatar para não cair para a Série B. América tem 10 pontos em 11 jogos.

Desemprego no RN está menor que no fim de 2019

» ECONOMIA » Taxa de desemprego no Rio Grande do Norte caiu em novembro de 2020 em relação aos meses anteriores. No fim de 2019, a taxa foi de 17%. No RN, houve diminuição de 2,4 pontos percentuais, em relação ao trimestre anterior e diminuição de 1,2 ponto percentual em comparação com o mesmo período do ano. No País, RN possui o 2º maior índice de desemprego. » PÁGINA 2 «



OBRA DO COMPLEXO DA REDINHA TEM AVANÇO

» INFRAESTRUTURA » Obras do Complexo Turístico de Redinha, na zona litorânea de Natal, tem avanço. São dois blocos, um deles abrigando 100 apartamentos para o bairro. O projeto prevê a construção de 1.200 apartamentos. Início das obras em 12 de 12 meses. » PÁGINA 2 «

Receita facilita negociação de dívidas

Política do Estado de São Paulo, da União e do Brasil e a Comissão Especial da Câmara Federal de negociação de dívidas. » PÁGINA 2 «

Início das obras para túnel no Alexandrino não tem prazo

Problemas de engenharia do túnel podem atrasar o início das obras. A obra vai ser executada em parceria com a empresa de construção civil. » PÁGINA 2 «

Jogos de futebol da Copa do Brasil em São Paulo

América precisa de pontos para não cair para a Série B. América tem 10 pontos em 11 jogos. O time precisa vencer ou empatar para não cair para a Série B. América tem 10 pontos em 11 jogos.

Atentado



» SEGURANÇA » Um atentado ocorreu em Natal, no Rio Grande do Norte, em 12 de novembro de 2020. O ataque ocorreu em um local público. » PÁGINA 2 «

Caso do Quinto Constitucional no RN entra em pauta no STF

» JUSTIÇA » O caso do Quinto Constitucional no Rio Grande do Norte entra em pauta no Supremo Tribunal Federal. » PÁGINA 2 «

SENA REVERTE

» ECONOMIA » O Senac reversa a decisão de não aceitar a adesão de novos associados. » PÁGINA 2 «

Cai distância de Bolsonaro para Lula em São Paulo e Minas

» POLÍTICA » A distância entre Bolsonaro e Lula caiu em São Paulo e Minas Gerais. » PÁGINA 2 «

SENA REVERTE

» ECONOMIA » O Senac reversa a decisão de não aceitar a adesão de novos associados. » PÁGINA 2 «



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 90 - Nº 14.028

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2023

R\$ 1,00

Indústria/Barão
200 R\$
Fórmula para o
doce Pedro: patão
para conquistar apoio
de proprietários

Crise/Barão
30
Festa do Fôfo
de Barão aposta
em público: foi após
7 anos de não ter

Destacado/CI
Prisão a Alcantara
deixa gíquel e
aposta em cartão
de crédito pop



A atriz Juliana e o grupo

Programa/SP
Ela e a cidade: por onde
foi o desfile do
do Carnaval, mas
está no top 10

BNDES paga R\$ 108 mil em média a servidor por lucro

Valor referente a 2021, é o maior nas estatais; não há regularidade, diz banco

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) do Brasil paga em média R\$ 108 mil a servidores por lucro em 2021, o maior valor pago entre as estatais, segundo o banco.

Arbitragem responde por cerca de 40% do lucro pago para o Brasil em 2021 e a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Petrobras são as seguintes em valor pago.

Em 2022, o lucro do BNDES foi de R\$ 1,1 bilhão, com o pagamento de R\$ 118 milhões aos servidores.

O BNDES, que teve lucro de R\$ 1,1 bilhão em 2022, possui 15 mil servidores. O banco também é responsável por regularizar o pagamento de lucros aos servidores.

ENTREVISTA 04 1ª

Caravana Franca e Fábio Guaribotgi

Maldade e angústia do Brasil cresceram

Caravana Franca e Fábio Guaribotgi. Maldade e angústia do Brasil cresceram. Entrevista com o jornalista Fábio Guaribotgi, autor do livro 'Maldade e Angústia do Brasil'.

Padrão de maldade da saúde mental no país se eleva
BRASIL NO DIA
Apesar das dificuldades, o Brasil é um país com um padrão de saúde mental que se eleva. O país está em segundo lugar no mundo em termos de incidência de doenças mentais.

FM que matou a esposa encabeça por 6, afirma defesa

Defesa afirma que o réu não tem condições de ser julgado. O réu é acusado de matar a esposa com um tiro na cabeça.



INFLAÇÃO CORRÊM 'EFEITO ALUXILO' EM ELEIÇÃO MARCADA POR ESCALADA DA POBREZA
No período de agosto (15), 10 de julho (10) e 10 de junho (10), a inflação foi de 0,1%, 0,2% e 0,3%, respectivamente. A inflação acumulada em 2023 é de 0,1%.



O autor produziu a quadrilha no livro 'Quadrilha' lançado em julho de 2022.

Bolsonaro aposta em Michelle e auxílio no início da campanha

Operário com família estendida tem apoio de Michelle Bolsonaro no início da campanha.

Decretos avançam rumo a bebês no atual governo

PLANO DE FAMILIA
O governo Bolsonaro avançou com decretos para facilitar a adoção de bebês.

Editorial A3

Ajuste em reforma

Assim, a reforma da previdência é necessária

Debores de Barros
Com o corte de gastos, o projeto de lei prevê o ajuste da previdência.

7º Seminário sobre Câncer
HOJE AMANHÃ 10h
Um evento importante para a comunidade científica e para a população em geral.

Política Legislativa

Constituição do Brasil é a mais alterada entre 11 democracias

Congresso atual é o recordista, com 26 mudanças na Carta de 1988; tramã e facilitado explica alto número de emendas

Congresso atual tem sido o mais fértil em emendas à Constituição desde a promulgação da Carta de 1988. O atual Congresso alterou 26 artigos da Constituição em 2012, o maior número de mudanças em um único ano desde a promulgação da Carta em 1988.

Segundo o levantamento feito pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade de São Paulo (IUPERJ), o atual Congresso alterou 26 artigos da Constituição em 2012, o maior número de mudanças em um único ano desde a promulgação da Carta em 1988.

“A facilidade de tramitação e o caráter de urgência das emendas são os principais fatores que explicam o alto número de alterações”, afirma o diretor de pesquisas do IUPERJ, Carlos José de Almeida.

Em 2012, o Congresso alterou 26 artigos da Constituição, o maior número de mudanças em um único ano desde a promulgação da Carta em 1988.



Superdotados e os desafios de inclusão

Adolescentes e os seus pais vivem a luta para garantir que as crianças possam desenvolver suas habilidades e talentos. O desafio é garantir que as crianças possam desenvolver suas habilidades e talentos.

Fagundes volta com peça, filme e minissérie

A obra mais recente de Fagundes é o filme "O Jogo da Vida", que será lançado em 2013. Além disso, ele também está trabalhando em uma minissérie e em uma peça de teatro.

Caroço de sucesso pode virar filme permanente

O sucesso do filme "Caroço" levou a uma série de adaptações para outras mídias, incluindo uma minissérie e um filme permanente.

Trazer vinhos da Argentina sai até 85% mais barato do que no Brasil

Os vinhos argentinos são muito mais baratos do que os brasileiros, devido a diferenças na legislação e na produção.

Com eleição no radar, fundos evitam investimento em estatais

Apesar de serem considerados investimentos seguros, os fundos evitam investir em estatais devido à incerteza política decorrente das eleições presidenciais.

71%

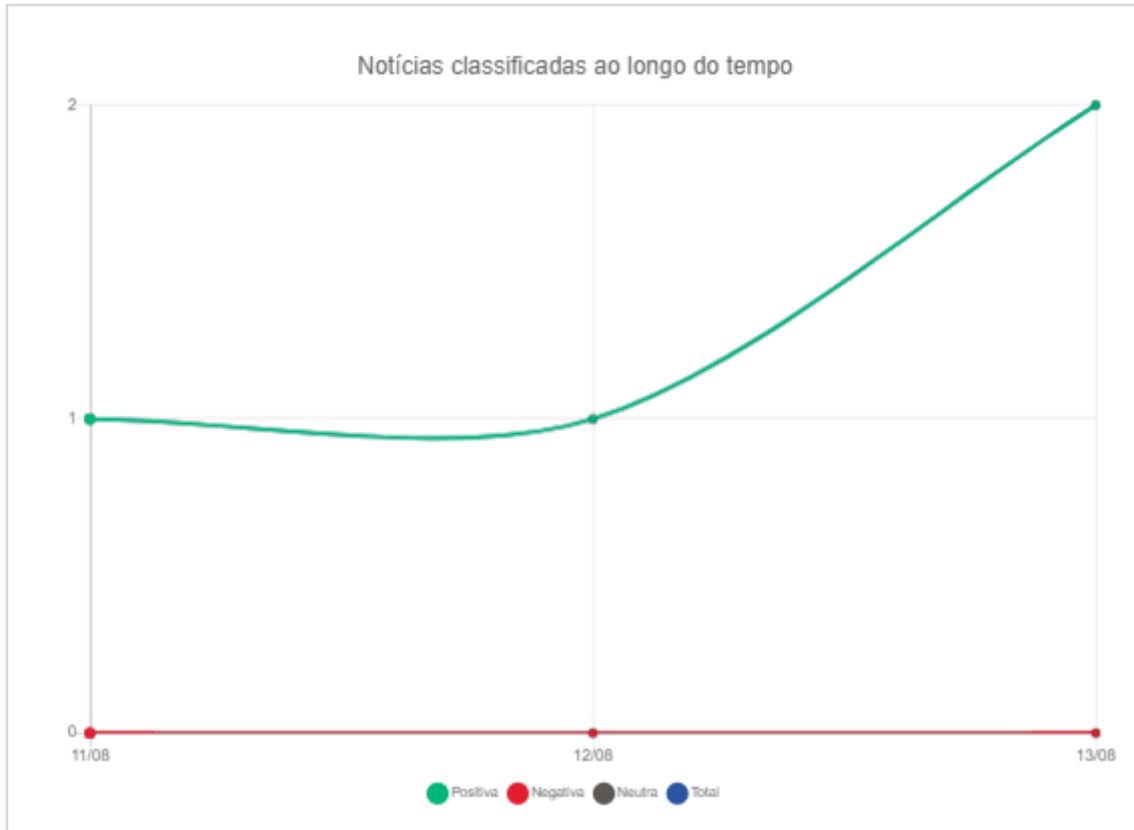
Varejo acredita em dias melhores com Copa do Mundo, S6 e Anacleto Brasil

Oliver Toscani

Um ano depois, refugiados afetados lutam para se adaptar ao Brasil

Uma agência para o futuro do País

GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTP://WWW.TRIBUNADONORTE.COM.BR/	3
HTTPS://BLOGDOVT.COM/	1

